REFLEXÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

BEATRIZ ABRANTES DE OLIVEIRA

RESUMO
Este artigo analisa criticamente as orientações curriculares para a Educação Infantil, com o objetivo de compreender seus fundamentos teóricos, sua organização por meio dos Campos de Experiência e os desafios enfrentados na implementação de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade infantil. A autora investiga documentos oficiais como o Currículo da Cidade (São Paulo, 2019) e as diretrizes do MEC (2009), adotando como método a reflexão teórica fundamentada em autores como Maria Montessori e nas legislações vigentes, como a LDB e o ECA. O estudo destaca a importância de um currículo flexível, que promova a autonomia, o protagonismo infantil e a valorização das múltiplas linguagens, considerando a criança como sujeito de direitos e agente ativo de sua aprendizagem. A análise evidencia que, embora haja avanços nas propostas curriculares, persistem obstáculos como a formação insuficiente dos educadores, a precariedade da infraestrutura escolar e a subvalorização social da Educação Infantil. O artigo conclui que a superação desses desafios exige investimentos em políticas públicas, formação docente qualificada, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento da parceria entre escola e família. Ao reconhecer a Educação Infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento integral e a formação cidadã, o estudo reafirma seu papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; currículo; Campos de Experiência; autonomia; flexibilidade curricular; protagonismo infantil.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, compreende o período que vai do nascimento aos cinco anos de idade e tem como principal objetivo assegurar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, emocional, social, cognitivo, linguístico e cultural. Essa fase da vida é marcada por intensas descobertas e pela construção de vínculos significativos, sendo essencial que as experiências vividas nesse período sejam ricas, diversas e respeitosas em relação às singularidades de cada criança.

O Currículo da Cidade: Educação Infantil (São Paulo, 2019) e as orientações do MEC (2009) destacam a importância de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a criança em sua totalidade, considerando suas diversas dimensões e promovendo experiências educativas significativas.

A proposta curricular do Currículo da Cidade enfatiza que a criança deve ser vista como sujeito de direitos, e a educação deve proporcionar experiências que ampliem suas capacidades de expressão, interação, conhecimento de si mesma e do mundo. A organização do currículo é baseada nos Campos de Experiência, que abordam aspectos como identidade, movimento, expressão artística, linguagem e conhecimento do mundo físico e social.

Estes Campos visam garantir que as crianças desenvolvam habilidades essenciais, tais como autoestima, respeito à diversidade e capacidade de comunicação. No entanto, a implementação dessas orientações enfrenta desafios consideráveis. A formação continuada dos educadores, a infraestrutura inadequada das instituições de Educação Infantil, e a falta de valorização da área são questões que impactam diretamente a efetividade do currículo.

A necessidade de um currículo flexível e adaptável, que respeite a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem, é um ponto central para garantir que as práticas pedagógicas atendam às especificidades de cada criança.O currículo da Educação Infantil deve promover a autonomia da criança, como defendido por Maria Montessori, permitindo que ela escolha, resolva problemas e aprenda de forma ativa.

A concepção de currículo como prática social destaca a importância de um currículo que vá além da transmissão de conteúdos,

sendo voltado para a construção de significados e a promoção de uma educação inclusiva e transformadora.

O currículo deve ser organizado de maneira a favorecer a exploração, o brincar e a interação, criando espaços e tempos que possibilitem a livre expressão das crianças. A flexibilidade curricular permite que as atividades sejam adequadas às necessidades e interesses do grupo, respeitando as particularidades de cada criança.

Além disso, a observação contínua e o registro do desenvolvimento de cada criança são fundamentais para ajustar o planejamento pedagógico e promover uma educação mais personalizada. Apesar dos avanços nas orientações curriculares, a implementação de práticas pedagógicas que contemplem esses princípios enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada para os educadores, a infraestrutura precária e a subvalorização da Educação Infantil.

Superar esses obstáculos requer um esforço coletivo, envolvendo políticas públicas eficazes, investimentos em formação de professores e melhoria das condições de trabalho. Em relação à participação das famílias, esta é considerada um dos pilares para o sucesso das práticas pedagógicas. A colaboração entre a escola e a família deve ser constante e construída de forma colaborativa, por meio de reuniões, oficinas e outras atividades que envolvam os responsáveis diretamente no processo educativo.

A Educação Infantil deve ser reconhecida não apenas como preparação para os anos seguintes de escolarização, mas como uma etapa legítima de formação cidadã e social, desempenhando um papel central no desenvolvimento integral da criança e na construção de um futuro mais inclusivo para todos.

Logo, a Educação Infantil, alicerçada em princípios como o protagonismo da criança, a autonomia e a flexibilidade curricular, tem o potencial de ser a etapa fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para que isso se concretize, é essencial que haja investimentos em infraestrutura, recursos materiais e humanos, além de políticas públicas que fortaleçam a valorização da infância.

Diante da importância decisiva dessa etapa, o olhar da sociedade e das políticas públicas para a Educação Infantil vem se transformando nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidaram o direito à educação desde a primeira infância, atribuindo ao Estado a responsabilidade de garantir uma oferta qualificada, gratuita e equitativa para todas as crianças.

A partir dessas normativas, surgiram orientações curriculares e documentos orientadores que buscam alinhar as práticas pedagógicas às necessidades e potencialidades infantis, reconhecendo a criança como sujeito histórico, social e de direitos.

Entre os documentos de maior relevância está o Currículo da Cidade: Educação Infantil (São Paulo, 2019), que reafirma a centralidade da criança no processo educativo e propõe uma abordagem integrada e interativa das aprendizagens. Esse currículo considera a criança como agente ativo na construção de seu próprio conhecimento, destacando a importância das múltiplas linguagens, da interação com o outro, da vivência de experiências sensoriais e culturais e do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas.

A proposta curricular baseia-se na articulação entre os Direitos de Aprendizagem e os Campos de Experiência, organizando o currículo de forma a garantir que todas as crianças tenham acesso a vivências que promovam o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais.

Esses Campos de Experiência favorecem a construção de uma identidade positiva, o desenvolvimento da autonomia, a socialização, a expressão das emoções e a ampliação dos conhecimentos sobre o mundo natural e social. Paralelamente, o documento Práticas Cotidianas na Educação Infantil (MEC, 2009) reforça que o trabalho pedagógico deve partir da escuta atenta às crianças, do respeito às suas expressões e modos de ser, e da promoção de experiências intencionais e significativas.

As práticas devem garantir o direito ao brincar, à participação, à convivência, à exploração e à expressão, assegurando uma

abordagem que respeite os tempos, os interesses e os contextos socioculturais nos quais as crianças estão inseridas. Nesse cenário, torna-se imprescindível repensar as práticas educativas na Educação Infantil sob uma perspectiva ética, estética e política.

A escola deve ser um espaço acolhedor, democrático, inclusivo e culturalmente relevante, onde as crianças se sintam seguras, desafiadas e valorizadas. É nesse sentido que a abordagem montessoriana, com sua ênfase na autonomia, na independência e na observação sensível do educador, encontra eco nas propostas curriculares contemporâneas, reafirmando a importância de um ambiente preparado e de uma escuta atenta às necessidades individuais de cada criança. Este artigo propõe-se a realizar uma análise crítica das orientações curriculares voltadas à Educação Infantil, discutindo suas concepções teóricas, sua organização por meio dos Campos de Experiência e a relevância da flexibilidade curricular como forma de respeitar a diversidade de ritmos, estilos de aprendizagem e contextos culturais das crianças.

A reflexão se estende à necessidade de formação docente qualificada, de infraestrutura adequada, da valorização social da Educação Infantil e da participação efetiva das famílias, elementos indispensáveis para a concretização de uma prática educativa transformadora e alinhada aos princípios de justiça social, equidade e respeito à infância.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Princípios Norteadores do Currículo da Educação Infantil

O currículo da Educação Infantil é orientado por princípios que valorizam a criança como sujeito ativo e protagonista de sua aprendizagem. O brincar, a interação, a experimentação e a ludicidade são elementos essenciais que devem permear as práticas pedagógicas, proporcionando um ambiente rico em estímulos e oportunidades para que a criança explore o mundo, desenvolva sua criatividade e construa sua identidade.

Nesse contexto, a citação de Maria Montessori torna-se extremamente relevante: “Para ser eficaz, uma atividade pedagógica deve consistir em ajudar a criança a avançar no caminho da independência.” Essa afirmação ressalta a importância de um currículo que promova a autonomia da criança, permitindo que ela faça escolhas, resolva problemas e aprenda por si mesma, com a mediação do educador.

2.2 Os Campos de Experiências como Organização Curricular

As orientações curriculares para a Educação Infantil organizam o aprendizado em Campos de Experiências, que abrangem diferentes aspectos do desenvolvimento infantil. Cada Campo de Experiência propõe objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que visam ampliar as capacidades das crianças em relação a si mesmas, aos outros e ao mundo.

Os Campos de Experiências são:

O eu, o outro e o nós: Este campo aborda a construção da identidade e da subjetividade da criança, suas relações com os outros e a participação em grupos sociais. As atividades nesse campo devem promover a autoestima, o respeito à diversidade, a colaboração e a construção de vínculos afetivos saudáveis.

Exemplos de atividades:

Roda de conversa para que as crianças compartilhem suas experiências e sentimentos.

Jogos cooperativos que estimulem a interação e o trabalho em equipe.

Projetos que abordem a história de vida de cada criança e de suas famílias.

Corpo, gestos e movimentos: Enfatiza a importância do corpo e do movimento para o desenvolvimento infantil, explorando as potencialidades expressivas, motoras e simbólicas da criança. As atividades nesse campo devem proporcionar o desenvolvimento da consciência corporal, da coordenação motora, do equilíbrio e da expressão através da dança, do teatro e de outras linguagens artísticas.

Exemplos de atividades:

Brincadeiras que envolvam correr, pular, rolar e outras formas de movimento.

Atividades com música e dança que estimulem a expressão corporal.

Jogos que desenvolvam a coordenação motora fina, como desenhar, pintar e modelar.

Traços, sons, cores e formas: Estimula a sensibilidade, a criatividade e a expressão

artística, através do contato com diferentes linguagens e manifestações culturais. As atividades nesse campo devem proporcionar o contato com a música, as artes visuais, o teatro, a literatura e outras formas de expressão, permitindo que a criança explore diferentes materiais, técnicas e suportes.

Exemplos de atividades:

Atividades de pintura, desenho, colagem e modelagem.

Oficinas de música com diferentes instrumentos e ritmos.

Contação de histórias e dramatizações.

Escuta, fala, pensamento e imaginação: Promove o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, do pensamento lógico e da capacidade de simbolização e representação. As atividades nesse campo devem estimular a comunicação, a argumentação, a resolução de problemas e o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo.

Exemplos de atividades:

Roda de leitura e discussão de livros e histórias.

Jogos de palavras e rimas.

Atividades que estimulem a criação de histórias e a dramatização.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: Propicia a compreensão do mundo físico e social, explorando conceitos matemáticos, científicos e históricos de forma contextualizada. As atividades nesse campo devem proporcionar o contato com a natureza, a exploração do espaço, a compreensão das relações causais e a construção de noções de tempo, quantidade e medida.Exemplos de atividades:

Atividades de culinária que envolvam medidas e quantidades.

Experimentos científicos simples que explorem fenômenos naturais.

Passeios e visitas a espaços culturais e naturais.

Cada um desses Campos de Experiência oferece um leque de possibilidades para o trabalho pedagógico, permitindo que o educador planeje atividades que atendam às necessidades e interesses específicos de cada grupo de crianças, sempre buscando promover a autonomia e a independência, como defendia Maria Montessori.

2.3 Concepções de Currículo na Educação Infantil

É importante reconhecer que as orientações curriculares para a Educação Infantil podem ser interpretadas a partir de diferentes concepções de currículo.

Currículo como conteúdo: Essa concepção enfatiza a transmissão de conhecimentos e habilidades, muitas vezes de forma fragmentada e descontextualizada. Nessa perspectiva, o papel do educador é o de um transmissor de informações, e a criança é vista como um receptor passivo.

Currículo como produto: Nessa concepção, o foco está nos resultados da aprendizagem, ou seja, nos produtos que a criança é capaz de realizar ao final de um determinado período. O currículo é organizado em objetivos de aprendizagem predefinidos, e a avaliação é centrada na verificação do alcance desses objetivos.

Currículo como processo: Nessa perspectiva, o currículo é entendido como o conjunto de vivências e interações que a criança tem na instituição educativa, valorizando o processo de aprendizagem em si. O papel do educador é o de um mediador, que cria um ambiente rico em estímulos e oportunidades para que a criança explore, descubra e construa seu próprio conhecimento.

Currículo como prática social: Essa concepção compreende o currículo como um espaço de construção de significados e de relações de poder, buscando a transformação social e a formação de cidadãos críticos. Nessa perspectiva, o currículo deve estar conectado com a realidade social e cultural das crianças, abordando temas relevantes para suas vidas e promovendo a participação ativa na sociedade. As orientações curriculares mais recentes tendem a se aproximar da concepção de currículo como prática social, buscando integrar as diferentes dimensões do desenvolvimento infantil e promover uma educação mais inclusiva e relevante para a vida das crianças, sem deixar de valorizar a autonomia e a independência, como preconizava Maria Montessori.

2.4 A Flexibilidade Curricular na Educação Infantil

A flexibilidade curricular é um aspecto fundamental na Educação Infantil, dada a diversidade de ritmos, estilos de aprendizagem e necessidades individuais das crianças. O currículo deve ser adaptado e contextualizado, levando em consideração as características do grupo, os interesses das crianças e as particularidades da comunidade em que a instituição educativa está inserida.

A flexibilidade curricular implica em:

Organizar o tempo e o espaço de forma a permitir a livre exploração e o brincar: As crianças precisam de tempo e espaço para se movimentar, interagir, criar e descobrir o mundo à sua volta. O ambiente educativo deve ser organizado de forma a oferecer diferentes possibilidades de atividades e materiais, permitindo que as crianças façam suas próprias escolhas e explorem seus interesses.

Exemplos de organização do tempo e espaço:

Cantinhos temáticos com diferentes materiais (livros, brinquedos, fantasias, materiais de arte, etc.).

Espaços ao ar livre para brincar e explorar a natureza.

Rotinas flexíveis que permitam que as crianças tenham tempo para brincar livremente.

Propor atividades diversificadas e desafiadoras: As atividades devem ser adequadas à faixa etária e ao nível de desenvolvimento das crianças, oferecendo diferentes graus de dificuldade e permitindo que cada uma aprenda no seu próprio ritmo. É importante que as atividades sejam significativas para as crianças, ou seja, que estejam relacionadas com seus interesses e experiências.

Exemplos de atividades diversificadas:

Atividades que envolvam diferentes linguagens (oral, escrita, artística, corporal, etc.).

Projetos de investigação que permitam que as crianças explorem um tema de seu interesse.

Atividades que estimulem a resolução de problemas e o pensamento criativo.

Observar e registrar o desenvolvimento de cada criança: A observação é um instrumento fundamental para o educador planejar suas ações e acompanhar o progresso de cada criança. É importante registrar as conquistas, as dificuldades e os interesses de cada criança, para que o planejamento pedagógico possa ser ajustado de acordo com suas necessidades.

Exemplos de instrumentos de observação e registro:

Diário de classe com anotações sobre o desenvolvimento de cada criança.

Portfólios com trabalhos e produções das crianças.

Relatórios descritivos que apresentem o progresso de cada criança.

Promover a participação das famílias no processo educativo: A parceria entre a escola e a família é essencial para garantir a continuidade do desenvolvimento infantil e para construir uma educação mais significativa. É importante que as famílias sejam informadas sobre o trabalho desenvolvido na escola e que tenham a oportunidade de participar de atividades e decisões.

Exemplos de formas de participação das famílias:

Reuniões com os pais para discutir o desenvolvimento das crianças.

Oficinas e atividades que envolvam a participação das famílias.

Comunicação regular com os pais através de bilhetes, e-mails ou aplicativos.

A flexibilidade curricular, portanto, é essencial para garantir uma educação de qualidade na Educação Infantil, que respeite a individualidade de cada criança e promova seu desenvolvimento integral, em direção à autonomia e à independência, como defendia Maria Montessori.

2.5 Desafios na Implementação do Currículo

Apesar dos avanços expressivos nas orientações curriculares para a Educação Infantil, a implementação efetiva de práticas pedagógicas que contemplem seus princípios fundamentais ainda enfrenta obstáculos significativos. A consolidação de uma educação infantil de qualidade requer um esforço coletivo e contínuo de todos os envolvidos no

processo educativo, desde a formação inicial dos profissionais até o fortalecimento das políticas públicas de valorização da infância. Aspectos como a formação continuada dos professores, a adequação dos espaços e materiais pedagógicos, a participação ativa das famílias e a valorização social da Educação Infantil são elementos cruciais que impactam diretamente na efetividade do currículo proposto.

Alguns dos principais desafios são:

A formação inicial e continuada dos professores: Muitos profissionais que atuam na Educação Infantil não possuem uma formação específica e consistente para lidar com as especificidades dessa etapa educativa. A ausência de preparo adequado dificulta a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, centradas no respeito às singularidades infantis e na promoção da autonomia e do protagonismo das crianças. Investir na formação inicial e na formação continuada de qualidade é essencial para que os educadores desenvolvam competências teóricas e práticas que permitam a construção de ambientes de aprendizagem ricos e significativos. Além disso, é necessário que as propostas formativas estejam alinhadas às novas concepções de infância e de currículo, garantindo que os professores possam atuar como mediadores e observadores atentos ao processo de desenvolvimento infantil.

A infraestrutura das instituições de Educação Infantil: Outro desafio relevante refere-se à inadequação de muitos espaços destinados à Educação Infantil. Escolas e creches frequentemente carecem de ambientes planejados para favorecer a exploração, a experimentação e o brincar, componentes essenciais para o desenvolvimento pleno da criança. A inexistência de materiais apropriados, de espaços lúdicos e seguros, bem como de mobiliário adaptado à faixa etária infantil, compromete as experiências educativas e limita o alcance dos objetivos curriculares. É fundamental que haja investimentos permanentes na melhoria da infraestrutura das instituições, garantindo ambientes acolhedores, estimulantes e respeitosos às necessidades e interesses das crianças.

A valorização da Educação Infantil: Mesmo sendo reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil ainda é socialmente subvalorizada em diversos contextos. Esse desvalor se manifesta na escassez de investimentos financeiros, na precarização das condições de trabalho dos profissionais da área e na falta de reconhecimento da importância das práticas pedagógicas voltadas para a infância. Superar essa realidade exige uma mudança de paradigma, que envolva o reconhecimento social da relevância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A sociedade precisa compreender que investir na Educação Infantil é investir no futuro do país, garantindo melhores condições de aprendizagem e de cidadania para as novas gerações.

O envolvimento das famílias no processo educativo: A parceria entre escola e família é um dos pilares para o sucesso da Educação Infantil. No entanto, muitas vezes, observa-se a dificuldade de envolver efetivamente as famílias no cotidiano escolar. Para que o currículo tenha significado real na vida das crianças, é necessário que haja diálogo constante, trocas de experiências e construção coletiva entre educadores e responsáveis. Projetos que integrem a participação da família nas atividades escolares, reuniões, oficinas e momentos de convivência são estratégias importantes para fortalecer esse vínculo e para reconhecer o papel das famílias como protagonistas também na formação das crianças.

Superar esses desafios é essencial para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma Educação Infantil de qualidade, que respeite suas singularidades, promova seu desenvolvimento integral e as prepare para enfrentar os desafios complexos do século XXI.

A efetiva implementação do currículo da Educação Infantil, baseada em práticas democráticas, inclusivas e inovadoras, depende de um compromisso coletivo que reconheça a criança como sujeito de direitos e valorize a educação como um instrumento transformador da sociedade.

3 CONCLUSÃO

As orientações curriculares para a Educação Infantil representam um avanço significativo

na concepção dessa etapa da educação, mas sua efetivação requer um compromisso contínuo e articulado de todos os envolvidos no processo educacional.

Ao promover práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo da criança, o brincar, a interação, a experimentação, a flexibilidade curricular e a autonomia, como defendia Maria Montessori, é possível construir um futuro em que a Educação Infantil cumpra seu papel de promover o desenvolvimento integral e a formação de cidadãos críticos, criativos e socialmente engajados.

Entretanto, para que tais princípios se concretizem, é imprescindível que haja investimento contínuo em políticas públicas que garantam condições adequadas de infraestrutura, recursos materiais e humanos, bem como programas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação.

A formação dos educadores deve estar alinhada com uma concepção de criança como sujeito de direitos, capaz de produzir cultura e conhecimento, participando ativamente de sua aprendizagem.

A organização dos espaços e dos tempos escolares também assume papel central. Ambientes que favoreçam a livre circulação, a exploração, a convivência e a descoberta são essenciais para a vivência de experiências significativas na infância. Além disso, a flexibilidade na gestão dos tempos e rotinas permite respeitar o ritmo próprio de cada criança, promovendo uma aprendizagem mais significativa e prazerosa.

O envolvimento das famílias, por sua vez, é um fator indispensável para o sucesso das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Quando escola e família estabelecem uma relação de parceria, baseada no diálogo e no respeito mútuo, a criança se sente mais segura e motivada a participar ativamente de seu processo educativo.

Assim, a Educação Infantil, vista sob a ótica das orientações curriculares e da abordagem montessoriana, tem o potencial de se consolidar como uma etapa essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Mais do que preparar para etapas posteriores da escolarização, a Educação Infantil deve ser reconhecida como espaço legítimo de formação cidadã, cultural e social, contribuindo decisivamente para a transformação da realidade e a promoção de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 26 de maio de 2024.

MONTESSORI, Maria. Pedagogia Científica. São Paulo: Flamboyant, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Práticas cotidianas na Educação Infantil: base para a reflexão sobre os direitos das crianças. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/curriculo-da-cidade/educacao-infantil/. Acesso em: 26 abr. 2025.